

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

JERSON JOSE DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF

186533

SSP

MS

CPF

365.724.891-91

DATA NASCIMENTO

13/05/1966

FILIAÇÃO

LINEU CALDAS DA SILVA

INEZ APARECIDA DA
SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT HAB

B

Nº REGISTRO

03921888999

VALIDADE

28/04/2027

1ª HABILITAÇÃO

24/06/1985

OBSERVAÇÕES

A ;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

CAMPO GRANDE, MS

DATA DE EMISSÃO

03/05/2022

RUDEL ESPINDOLA TRINDADE JUNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

81539421887
MS853989486

ASSINATURA DO EMISSOR

MATO GROSSO DO SUL

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2395414167

PROIBIDO PLASTIFICAR
2395414167

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTR. DE ENERGIA S.A.
Av. Guty Marques, 6000
Campo Grande/MS - CEP 55012-900
CNPJ nº 41.116.266/0001-50 - Insc. Est. 20.105.553-0

[illegible]

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS	Temp. 1	Temp. max. 117	Lim. max
-------------------------	---------	----------------	----------

JERSON JOSÉ DA SILVA

CÓDIGO DO CLIENTE

10/2141150-9

CÓDIGO DA INSTALAÇÃO

W6089212988

REF: MÊS / ANO

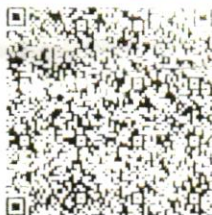
VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

Out / 2025

01/11/2025

R\$ 83.22



NOTA FISCAL Nº 03/419652 - SÉRIE 001
DATA DE EMISSÃO/APRESENTAÇÃO: 24/10/25
CNPJ: 00.000.000/0000-00
URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/nfe/consulta>

EMBAU E M CONTINGÊNCIA
Prestante de autorização

Para a geração de uma distribuição de Poisson, a função `poisson()` é utilizada. Se um parâmetro de programação não for fornecido, pode ser utilizado o valor de `size = 100` para a quantidade de números aleatórios a serem produzidos, ou seja, todos os dados disponíveis. Se o nome de identificação for utilizado, a partir de 0.001/0.005, o número da sua unidade consumidora será alterado, conforme determinado no NRE 1. A mudança é automática e não afeta o seu consumo nem o fornecimento de energia.

Datas de Leituras

Leitura Anterior

Leitura
Atual

Nº Dias

Próxima
Leitura

23/09/25

24/10/25

31

24/11/2025

ITENS DA FATURA	Unid.	Quant.	Preço unit. atribuído (R\$)	Valor Total (R\$)	PIS Contrib. (R\$)	Base Calc. ICMS (R\$)	Aliq. ICMS (%)	ICMS (R\$)	Tarifa unit. (R\$)
Consumo em KWH	KWH	09	1.138,120	78,53	4,58	76,53	17	13,35	0,878100
Adic. B Vermelha				4,02	0,72	4,02	17	0,79	

CONTRATO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

Pelo presente instrumento de Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel, e na melhor forma de direito, de um lado, na qualidade de **promitente VENDEDORA** ou simplesmente "VENDEDORA"

NILZA DE LOURDES PEREIRA ALVES, brasileira, separada judicialmente, servidora pública municipal, portadora da CI/RG nº188.308-SSP/MS e CPF. nº776.604.711-04, residente e domiciliada na Avenida Bernadete Santos Leite, nº472, centro, na cidade de Jateí/MS, CEP 79720-000

e, de outro lado, na qualidade de **PROMITENTE COMPRADOR**,

JERSON JOSÉ SILVA, brasileiro, solteiro, maior e capaz, bancário aposentado, portador da CI/RG. nº186.533-SSP/MS e do CPF. nº 365.724.891-91, residente e domiciliado na Av. Bernadete Santos Leite, nº487, centro, na cidade de Jateí/MS, CEP 79720-000

têm entre si certo e ajustado o seguinte: que a **PROMITENTE VENDEDORA** é beneficiária e legítima possuidora do seguinte imóvel, livre e desembaraçado de ações, débitos, penhora e hipotecas, assim descrito e caracterizado:

"imóvel determinado pelo lote nº006 (seis) da quadra nº38-A (trinta e oito-A), situado na Rua Manoel Sanches Gabriel, nº47, Bairro Maria Herminia da Silva, na cidade de Jateí/MS, inscrição municipal nº01.7.38A.06.01, contendo uma unidade habitacional com 2 (dois) quartos, 1 (uma) sala, 1 (um) banheiro, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) despensa e 1 (uma) lavanderia".

Imóvel este adquirido pela VENDEDORA conforme "Contrato Particular de Investimento Social, Com Obrigação de Restituição" firmado com a **AGEHAB** – Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul e que estava parcialmente registrado na matrícula nº3.328 do Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Fátima do Sul/MS, mas que passou a integrar a matrícula nº23.243 do mesmo Serviço Registral.

Pelo presente e nos melhores termos de direito DECLARAM que em **20/05/2021** (vinte de maio de dois mil e vinte e um), a **PROMITENTE VENDEDORA** alienou a **TOTALIDADE** do imóvel acima descrito e caracterizado com todas as benfeitorias e acessões nele existentes, ao ora **COMPRADOR**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

X 
X 

CLÁUSULA 1ª – DO PREÇO e FORMA DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO 1º - O preço certo e ajustado entre os contratantes foi de **R\$90.000,00 (noventa mil reais)**, que foram pagos pelo **PROMITENTE COMPRADOR** à vista, no dia **20/05/2021** (vinte de maio de dois mil e vinte e um), mediante transferência por “*pix*” na mesma data realizada pelo **COMPRADOR** para a conta **nº5574-3** do Banco do Brasil S/A, agência **nº3934-9** (Jateí-MS), de titularidade da **VENDEDORA**, valor este do qual a **VENDEDORA** confere plena, rasa, geral e irrevogável quitação para nada mais reclamar em tempo algum.

PARÁGRAFO 2º - no preço combinado estão incluídos a terra nua e todas as benfeitorias e acessões existentes no imóvel, sem exceção.

CLÁUSULA 2ª – DA POSSE

O **PROMITENTE COMPRADOR** tomou a posse do imóvel no dia **08/07/2021 (oito de julho de dois mil e vinte e um)**, momento a partir do qual o IPTU, taxas e despesas relativas ao imóvel com fato gerador a partir de então, passaram a ser de responsabilidade do **PROMITENTE COMPRADOR**.

CLÁUSULA 3ª

“DA QUITAÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM A AGEHAB e da AUSÊNCIA DE REGISTRO INDIVIDUALIZADO do IMÓVEL ALIENADO”

PARÁGRAFO 1º - a **VENDEDORA** declara, sob as penas da Lei, que quitou **todas** as parcelas e contribuições devidas à AGEHAB em razão do “*Contrato Particular de Investimento Social, com Obrigação de Restituição*” do imóvel ora prometido à venda, motivo pelo qual confirma que não há qualquer quantia devida por ela para a AGEHAB, ao Estado de Mato Grosso do Sul ou à Prefeitura Municipal de Jateí/MS, em razão do contrato em questão.

Todavia, caso seja apurado qualquer saldo devedor no “*Contrato Particular de Investimento Social*” firmado pela **VENDEDORA** com a AGEHAB ou com qualquer outro órgão, **NILZA** compromete-se a quitar **todo o saldo devedor em parcela única** no prazo máximo de 30 (trinta) dias independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO 2º - o **PROMITENTE COMPRADOR** tem ciência de que o imóvel alienado **NÃO** possui registro individualizado no Serviço Registral Imobiliário, eis que integra o loteamento URBANO DE JATEÍ, cuja matrícula nº23.243 condensa os lotes urbanos nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 da quadra 38. Assim, o **PROMITENTE COMPRADOR** tem ciência que só será possível obter a matrícula individualizada do imóvel e realizar a lavratura da escritura de compra e venda

x 
x 

posteriormente, mediante procedimento a ser efetuado com a participação da AGEHAB e/ou Prefeitura Municipal de Jateí/MS.

Assim, até que todas essas providências estejam cumpridas pela AGEHAB e/ou Prefeitura Municipal de Jateí/MS, NÃO será possível efetuar o registro do título aquisitivo perante o Serviço Registral Imobiliário, tampouco a realização da escritura pública de compra e venda em favor do PROMITENTE COMPRADOR.

PARÁGRAFO 3º - a **VENDEDORA** assume a responsabilidade de arcar com todas as despesas e de realizar todos os procedimentos administrativos e até mesmo judiciais que sejam necessários para efetuar o registro individualizado do imóvel alienado em seu favor perante o Serviço Registral Imobiliário, deixando-o em situação regular perante o referido órgão, inclusive com a averbação da casa existente no citado bem para que, posteriormente, seja outorgada a competente escritura pública de compra e venda em favor do **PROMISSÁRIO COMPRADOR**.

Consequentemente, o **PROMISSÁRIO COMPRADOR** fica isento de quaisquer responsabilidades e despesas relativas à regularização do imóvel junto à AGEHAB, Prefeitura Municipal de Jateí/MS e Serviço Notarial e/ou Registral Imobiliário de Fátima do Sul/MS.

CLÁUSULA 4ª – DA OUTORGA DA ESCRITURA PÚBLICA e DEFINITIVA

PARÁGRAFO 1º - a escritura pública de compra e venda será outorgada para o **PROMITENTE COMPRADOR** ou **QUEM ELE INDICAR EXPRESSAMENTE** só depois que: 1º) o imóvel possuir matrícula própria perante o Serviço Registral Imobiliário local; 2º) conste a averbação da casa edificada no terreno na matrícula individualizada; 3º) o imóvel esteja totalmente livre e desembaraçado de quaisquer ônus, encargos ou restrições; 4º) a **VENDEDORA** possua a plena disponibilidade jurídica do imóvel.

PARÁGRAFO 2º - em razão da presente negociação, a **VENDEDORA** compromete-se a outorgar procuração pública em favor de pessoa indicada pelo **COMPRADOR**, para que o procurador outorgue a competente escritura pública de compra e venda quando do atendimento de todas as exigências citadas na cláusula anterior para regularização do imóvel vendido.

PARÁGRAFO 3º - se o **PROMITENTE COMPRADOR** requerer, a **VENDEDORA** outorgará procuração irrevogável e irretratável em causa própria em favor do **COMPRADOR** no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da notificação realizada pelo **COMPRADOR** para esse fim, SALVO se diante das pendências de regularização perante o Serviço Registral Imobiliário mencionadas na cláusula 3ª (terceira) a outorga de procuração for vedada.

PARÁGRAFO 4º - Todas as despesas com a realização da escritura de compra e venda referente à alienação do imóvel pela **VENDEDORA** para o **COMPRADOR** correrão por conta única e exclusiva do **PROMITENTE COMPRADOR**.

X
X 

Também será de responsabilidade exclusiva dele **COMPRADOR** a despesa relativa ao ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) devido em razão da presente compra e venda.

PARÁGRAFO 5º - Todas as despesas com a realização das procurações públicas mencionadas nos parágrafos anteriores correrão por conta única e exclusiva do **PROMITENTE COMPRADOR**.

PARÁGRAFO 6º - A **VENDEDORA** comprometem-se a apresentar TODAS as certidões NEGATIVAS exigidas por Lei e a certidão da matrícula imobiliária sem quaisquer ônus, ações, encargos, penhora e hipotecas, no ato da outorga da escritura pública definitiva de compra e venda, sob pena de incidência da multa prevista no contrato.

CLÁUSULA 5ª – DAS CERTIDÕES

PARÁGRAFO 1º - Neste ato, foram apresentadas as seguintes CERTIDÕES, relativas ao **IMÓVEL** alienado e à **VENDEDORA**:

- 1) Certidão da matrícula nº23.243, expedida em 21/07/2021 pelo Serviço Registral Imobiliário local, com o selo digital AFB48566-735-NOR, relativa ao imóvel que originou o Loteamento Urbano de Jateí, e do qual o imóvel ora prometido à venda será destacado futuramente;
- 2) Certidão NEGATIVA Estadual Cível nº5455748 (1º grau), expedida em 20/07/2021 pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;
- 3) Certidão NEGATIVA de ações cíveis em trâmite (2ª INSTÂNCIA) nº 315184, expedidas pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 20/07/2021;
- 4) Certidão NEGATIVA Estadual Criminal (1º grau) – com exceção de processos de execução penal registrados no Sistema SEEU nº5455765, emitida em 20/07/2021 pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul;
- 5) Certidão NEGATIVA Estadual Criminal (2º Grau) nº 315185, expedida em 20/07/2021 pelo TJMS;
- 6) Certidão NEGATIVA Estadual de Falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial nº 5455776, expedida em 20/07/2021 pelo TJMS;
- 7) Certidão NEGATIVA de Distribuição, Ações e Execuções Cíveis, Fiscais, Criminais e Dos Juizados Especiais Federais Criminais Adjuntos, nº 2021.0003653992, expedida pela Justiça Federal de 1º Grau em Mato Grosso do Sul em 20/07/2021;
- 8) Certidão NEGATIVA de Distribuição Ações Cíveis, Fiscais e Criminais nº 2021.0003654037, expedida em 20/07/2021 pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região;
- 9) Certidão NEGATIVA de distribuição de ações TRABALHISTAS (1ª e 2ª INSTÂNCIAS), expedida em 20/07/2021 pela JUSTIÇA DO TRABALHO, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 24ª REGIÃO, com identificador 905875 e o código de autenticação: 298615ef8b9738c0;
- 10) Certidão NEGATIVA de Débitos Trabalhistas nº22298978/2021, expedida em 20/07/2021 pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- 11) Certidão NEGATIVA de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida em 20/07/2021 pela Secretaria da Receita Federal, com código de controle da certidão 8E1C.0153.3B6C.8B40;

X 
X

- 12) Certidão NEGATIVA de Débitos Estaduais nº312815/2021, expedida em 20/07/2021 pela Secretaria de Estado de Fazenda do MS;
- 13) Certidão NEGATIVA de Protestos com o pedido nº2021.07.22/Z00001, emitida em 22/07/2021 pelo Serviço de Protestos da Comarca de Fátima do Sul/MS;
- 14) Certidão NEGATIVA do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça em 22/07/2021.

CLÁUSULA 6ª – DA IRRETRATABILIDADE e IRREVOGABILIDADE

O presente contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, não admitindo arrendimento, e obrigando as partes por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, renunciando os contratantes expressamente a faculdade de arrendimento concedida pelo artigo 420 do Código Civil.

CLÁUSULA 7ª – DA EVICÇÃO

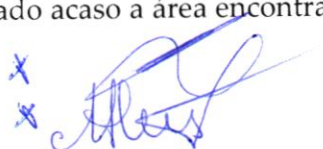
A **PROMITENTE VENDEDORA** promete(m) por si, seus herdeiros e sucessores, fazer a presente venda e compra sempre boa, firme e valiosa, obrigando-se em todo tempo, como se obrigam a responder pela EVICÇÃO DE DIREITO, na forma do Artigo 447 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), se chamada à autoria, pondo assim o **COMPRADOR** a par e a salvo de quaisquer dúvidas futuras.

Parágrafo Único -> A garantia por evicção dada ao **COMPRADOR**, constitui uma obrigação de fazer da **PROMITENTE VENDEDORA** de: **a)** – de não turbar o **COMPRADOR**, assegurando-lhe a posse pacífica da coisa alienada; **b)** – de o(s) assistir e tomar a sua defesa, no curso de uma ação reivindicatória ou possessória, ao ser denunciado à lide; e **c)** – de reparar os danos sofridos (restituição integral do preço, da indenização dos frutos, das despesas contratuais, das custas judiciais, dos honorários advocatícios contratuais e de sucumbência dentre outras devidamente comprovadas) pelo **COMPRADOR**, se a evicção total ou parcial se consumir.

CLÁUSULA 8ª “VISTORIA e VENDA “AD CORPUS”

PARÁGRAFO 1º - O **COMPRADOR** declara que vistoriou o imóvel ora adquirido, aceitando-o tal como se encontra, de maneira que no preço combinado levou em conta a situação e estrutura atual do imóvel, demais benfeitorias e acessões.

PARÁGRAFO 2º - O **COMPRADOR** declara, ainda, que a aquisição do imóvel é efetuada “ad corpus”, de maneira que a menção à área é meramente enunciativa, motivo pelo qual o **COMPRADOR** não poderá requerer qualquer abatimento sobre o valor combinado acaso a área encontrada no local seja INFERIOR àquela apontada na descrição do

X
X 

imóvel; de igual modo, a **PROMITENTE VENDEDORA** não poderá exigir qualquer diferença sobre o valor combinado acaso a área encontrada no local seja **SUPERIOR** àquela apontada no mesmo instrumento.

CLÁUSULA 9ª – DAS PENALIDADES

PARÁGRAFO 1º - Fica estipulada multa correspondente à **10% (dez por cento)** do valor contrato em caso de infração das cláusulas contratuais e que serão devidas pela parte culpada em favor da parte inocente, sem prejuízo de indenização suplementar quanto a outros prejuízos devidamente comprovados.

PARÁGRAFO 2º - o **PROMITENTE COMPRADOR** tem ciência das inúmeras obrigações e providências que serão necessárias para a regularização do imóvel, razão pela qual **não** poderá requerer qualquer indenização, seja a que título for, da **VENDEDORA** por esse motivo, **SALVO** se ficar demonstrado negligência da **VENDEDORA** nas diligências que puderem ser realizadas por ela para a regularização do imóvel nos órgãos competentes, inclusive Serviço Registral Imobiliário.

CLÁUSULA 10ª

Toda responsabilidade ambiental, fiscal, trabalhista, tributária, previdenciária, civil, criminal, encargos, taxas, despesas com água, energia ou dívidas de qualquer espécie relativas ao imóvel e contraídas até a data da transmissão da **posse** serão de responsabilidade exclusiva da **PROMITENTE VENDEDORA**, e, naturalmente, de responsabilidade do ora **COMPRADOR** todas aquelas incidentes a partir da data da posse.

CLÁUSULA 11ª – DA IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAR A OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

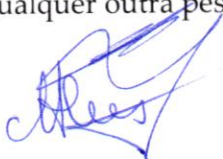
As partes **não** poderão alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior com o objetivo de protelar ou não pagar as prestações aqui estabelecidas. Também não poderão fazê-lo com o fim de reduzir o valor da transação.

CLÁUSULA 12ª – DA CORRETAGEM

NÃO há despesas com corretagem na presente negociação, eis que efetuada **DIRETAMENTE** entre os **VENDEDORES** e o **COMPRADOR**.

CLÁUSULA 13ª

A **PROMITENTE VENDEDORA** declara que jamais prometeu o imóvel ora alienado para qualquer outra pessoa.

X
X 

Declara, ainda, ter ciência de que, em razão do presente instrumento, não possui mais quaisquer direitos sobre o referido bem.

CLÁUSULA 14ª – DO FORO

As partes contratantes elegem em substituição a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Fátima do Sul/MS, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios, decorrentes do presente instrumento.

Todas as cláusulas e condições omissas neste contrato, serão regidas pelas leis que regulam os contratos de compra e venda.

E, por estarem assim certos, justos e contratados mandaram redigir o presente em duas vias, que vão devidamente assinadas, pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo presenciaram.

Fátima do Sul – MS, 22 de julho de 2021.

FIRMA
RECONHECIDA

Nilza de Lourdes Pereira Alves

NILZA DE LOURDES PEREIRA ALVES
(Promitente VENDEDORA)

x

Jerson José Silva

JERSON JOSÉ SILVA
(Promitente COMPRADOR)

Testemunhas:

CARTÓRIO SANTOS LEITE
Silvio Jorge Leite - Notário
Avenida Weimar Gonçalves Torres, nº 553 - Jatei - MS - CEP: 79720-000
E-mail: cartoriosantosleite@cartoriosantosleite.com.br
Fone: (67) 3465-1238

Reconheço por semelhança a firma de: **NILZA DE LOURDES PEREIRA ALVES e JERSON JOSÉ DA SILVA**

Selo Digital: AFE52498-601-NOR e AFE52499-038-NOR.
Para conferir procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico
<http://sistemas.tms.uv.br/sis-express/asselo.html?selo>
Jatei-MS, 26/07/2021 E-moi: 72,00+6,60(10%FUNJECC + 6%+6%FUNADEP + 4%FUNDEPGE + 10%FEADMP)= R\$ 18,60
Em test. _____ da verdade

Leticia Yumi Yoshimura
Leticia Yumi Yoshimura - Escrevente

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

DECLARANTE:

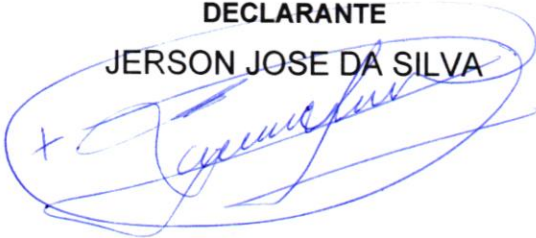
NOME: JERSON JOSE DA SILVA	
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO	
PROFISSÃO: APOSENTADO	
RG:186.533 SSP/MS	CPF: 365.724.891-91
ENDEREÇO: T MANOEL SANCHES GABRIEL, Nº47, EM JATEÍ/MS CEP 79720-000	
TELEFONE: (67) 9 9938-9232	

DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que minha renda familiar é de até 05 (cinco) salários mínimos, e que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, Lei nº 1.060/1950 (Estabelece normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados) e art. 98 e seguintes da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Jateí - MS, 25 de novembro de 2025

DECLARANTE

JERSON JOSE DA SILVA



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

NOME: JERSON JOSE DA SILVA	
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO	
PROFISSÃO: APOSENTADO	
RG: 186.533 SSP/MS	CPF: 365.724.891-91
ENDEREÇO: T MANOEL SANCHES GABRIEL, Nº47, EM JATEÍ/MS CEP 79720-000	
TELEFONE: (67) 9 9938-9232	

OUTORGADO: CARLOS EDUARDO VALENTIN WARKEN regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná sob o nº 122.617.

PODERES: Concedendo-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato para o foro em geral, com cláusula "Ad Judicia", atuar em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, valendo-se de recursos legais, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes ainda os especiais poderes para receber intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber valores e/ou levantar Requisição de Pequeno Valor e/ou Alvarás, dar quitação, firmar compromisso, pedir gratuidade da justiça, solicitar documentos e/ou cópias, solicitar cópia e acompanhar processos administrativos em qualquer repartição pública, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, para o especial fim de promover a regularização do(s) imóvel(eis) em nome do outorgante, através do Programa Lar Legal.

Jateí - MS, 25 de novembro de 2025

OUTORGANTE
JERSON JOSE DA SILVA

